

LOGIN | *Cliente logado com sucesso!*

Boa Tarde, Sion Sociedade de Adv...!

Painel do Assinante | Sair

MINHAS ANOTAÇÕES

MEUS ATOS FAVORITOS

PESQUISA | Consulte a *Legislação Ambiental*

Digite aqui...

Método:

☒ Palavras-chave

☐ Tema Ambiental

FILTROS

BUSCAR

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL

Faça sua consulta agora!

57.853 ATOS JURÍDICOS ONLINE

Última Atualização:
30/09/2020 12:52h

HOME

A EMPRESA

SOLICITE UM ORÇAMENTO

SERVIÇOS

CLIENTES

CERTIFICAÇÕES

FALE CONOSCO

Ato: **PORT-IBAMA-PA-7-2000**

Tipo: Portaria

Órgão: IBAMA

Data do Ato: 27/11/2000

Data de Publicação: 14/12/2000

Âmbito: BR

Revogado: Não

VOLTAR A ÚLTIMA PESQUISA

CRIAR NOVA ANOTAÇÃO

ADICIONAR AOS FAVORITOS

ENVIAR POR E-MAIL (.PDF)



ATO EM VIGOR

**INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

PORTARIA IBAMA/PA Nº 7, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2000

A Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Estado do PARÁ, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 545-P, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de julho de 2.000, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.788, de 28 de setembro de 1.998¹, que alterou os arts. 3º e 6º do [Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994](#) ², considerando o disposto nas [Instruções Normativas IBAMA nºs. 4 e 5, de 28 de dezembro de 1.998](#) ³, emitidas pelo IBAMA, e considerando a necessidade de estabelecer a lista de documentos para comprovação de posse por parte dos pequenos possuidores de glebas rurais, organizados na forma de associações e cooperativas, resolve:

Art. 1º Os documentos aceitos pelo IBAMA, para o Plano de Manejo Florestal Comunitário, que caracterizam justa posse, são:

1. Autorização de Ocupação de Terras Públicas;
2. Carta de Anuência;
3. Contrato de Alienação de Terras Públicas da União;
4. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso;
5. Contrato de Concessão de Terras Públicas;
6. Contrato de Promessa de Compra e Venda de Terras Públicas da União;
7. Decreto Estadual de Reservas para áreas comunitárias;
8. Licença de Ocupação de terras públicas;
9. Termo de Doação;
10. Título Provisório de Terras Públicas Estadual;
11. Certidão de Inscrição de Ocupação de Terras da União (terrenos de Marinha e acrescidos);
12. Contrato de Cessão de Uso;
13. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel.

§ 1º No caso do Plano de Manejo Florestal Comunitário ou Manejo Florestal Simplificado, será aceito como comprovante de residência na área, a Declaração da Associação ou Cooperativa a que o interessado pertencer, informando a localização e a dimensão do imóvel, e que o mesmo é associado e reside no respectivo imóvel há mais de um ano.

§ 2º Além dos documentos referidos no *caput* deste artigo, a critério do IBAMA, poderá ser aceita declaração individual, emitida pelos Órgãos competente, de que está tramitando o processo de titularidade definitiva da área.

§ 3º A declaração mencionada no parágrafo anterior deverá ser apresentada com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, contados da data do protocolo do Plano de Manejo Florestal Comunitário.

§ 4º Os documentos mencionados no *caput* deste artigo, terão que ser apresentados em fotocópias devidamente autenticadas.

Art. 2º O detentor da posse deverá firmar com o IBAMA Termo de Ajustamento de Conduta, com força de Título Executivo para assegurar a reserva legal, conforme determina o § 10 do art. 16 da [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#) ⁴, alterado pela Medida Provisória nº 1.956/2.000⁵ (Anexo I ou Anexo II, conforme o caso), em substituição ao anexo VII da Instrução Normativa 5, de 28 de dezembro de 1998 emitida pelo IBAMA.

Art. 3º A fim de comprovarem a sua legitimidade, as Associações ou Cooperativas deverão apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

1. Estatuto Social;

Certificações

Atestados de Qualidade

Para nós da RC Ambiental Ltda., uma Empresa certificada é o resultado de muito trabalho, esforço e de comprometimento com a qualidade do serviço prestado.

Somos, atualmente, o líder no mercado de fornecimento da Legislação Ambiental Brasileira, fator caracterizado pelo elevado esforço em entregar aos nossos clientes um conteúdo atualizado, organizado e orientado por um sistema de fácil visando a localização imediata dos Atos Jurídicos desejados.

Algumas de nossas certificações podem ser visualizadas clicando no link abaixo.

**Clique aqui e veja
as nossas Certificações**



2. Regimento Interno, se houver;
3. CNPJ;
4. Ata da Assembléia de criação registrada em Cartório;
5. Ata da Assembléia que elegeu a atual diretoria registrada em Cartório;
6. CPF e Identidade do Presidente.

§ 1º Quando a Associação não possuir a figura de Presidente no seu Estatuto Social, em substituição ao mesmo, todos os membros da diretoria deverão apresentar os documentos de identidade e CPF.

§ 2º A Associação deverá possuir, no mínimo um ano de existência na data do protocolo do Plano de Manejo Florestal Comunitário.

§ 3º O(s) associado(s) que estiver(em) sendo representado(s) pela Associação deverá(ão) apresentar ao IBAMA cópias autenticadas dos seguintes documentos:

01 - Carteira de Identidade.

02 - CPF.

Art. 4º No caso de Plano de Manejo Florestal Comunitário, o parecer final de aprovação deverá considerar as informações de vistoria de campo e ata de reunião realizada com a Associação ou Cooperativa proponente por ocasião da vistoria.

Art. 5º Fica permitido o parcelamento do valor total correspondente à vistoria prévia de campo, para aprovação do Plano de Manejo Florestal Comunitário em 5 (cinco) parcelas iguais, corrigidas a partir da 2ª parcela, mediante assinatura do Termo de Compromisso de Parcelamento de Débito (Anexo III).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Selma Bara Melgaço
Representante

(DOU de 14.12.2000)

Este texto não substitui o publicado no DOU de 14.12.2000.

ANEXO I

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E _____

Pelo presente instrumento particular de Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado nos termos do § 6º do art. 5º da [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#), e do § 10, do art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.956/2.000, de um lado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, doravante denominado IBAMA, Autarquia Federal de Regime Especial, criado pela [Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989](#), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 03.859.166/0001-02, Brasília - DF, neste ato representado por (nome, qualificação CPF/MF, C.I., residência) e do outro lado, (nome, qualificação, CPF/MF, C.I. residência), doravante denominado simplesmente COMPROMISSÁRIO, resolvem pactuar o presente instrumento, com força de título executivo extrajudicial, mediante as cláusulas seguintes:

I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo tem por objetivo o compromisso de proceder a averbação da reserva legal estabelecida no inciso I, do art. 16, e seu § 8º, da Lei nº 4.771, de 1965, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.956, de 2000.

II - DA LOCALIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL E CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS:

CLÁUSULA SEGUNDA - A área de reserva legal de _____ ha, localizada _____ (observar o § 4º do art. 16 da Lei nº 4771, de 1965, alterada pela Medida Provisória nº 1.956/2000)

CLÁUSULA TERCEIRA - A área de reserva legal citada na cláusula anterior possui as seguintes características ecológicas: (citar as características ecológicas da área)

III - DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - O COMPROMISSÁRIO se compromete a averbar a área de reserva legal mencionada na cláusula segunda, imediatamente após a emissão do documento hábil para o ato.

CLÁUSULA QUINTA - O COMPROMISSÁRIO obriga-se por si e seus sucessores, por força de lei e do presente instrumento a não alterar a destinação da área de reserva legal comprometida, mesmo no caso de transmissão por venda, cessão ou doação, ou qualquer outro título, comprometendo-se, ainda a obedecer fielmente a legislação florestal em vigor.

IV - DA INADIMPLÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA - O não cumprimento pelo COMPROMISSÁRIO do presente Termo, importará no cancelamento da autorização para exploração do Plano de manejo, sem prejuízo das demais cominações legais.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo tem validade a partir da data de sua assinatura.

VI - DO FORO

CLÁUSULA OITAVA - Para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Termo de Ajustamento de Conduta, fica eleito o foro da Justiça Federal do Estado do Pará, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais, juntamente com as testemunhas que a tudo presenciaram.

Belém, de de .

IBAMA
COMPROMISSÁRIO

Testemunhas:

- 1.
- 2.

ANEXO II

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

(No caso de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e similares)

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E _____ E _____

Pelo presente instrumento particular de Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado nos termos do § 6º do art. 5º da Lei nº 7347, de 1985, e do § 10, do art. 16 da Lei nº 4.771, de 1965, com a redação dada pela Medida Provisória 1.956, de 2.000, de um lado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, doravante denominado IBAMA, Autarquia Federal de Regime Especial, criado pela Lei nº 7735, de 22 de fevereiro de 1989, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 03.859.166/0001-02, Brasília - DF, neste ato representado por (nome, qualificação CPF/MF, C.I., residência) e do outro lado, (nome, qualificação, CPF/MF, C.I. residência), doravante denominado simplesmente 1º COMPROMISSÁRIO e o (nome do detentor do domínio do imóvel, qualificação) doravante denominado 2º COMPROMISSÁRIO, resolvem pactuar o presente instrumento, com força de título executivo extrajudicial, mediante as cláusulas seguintes:

I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo tem por objetivo o compromisso de proceder a averbação da reserva legal estabelecida no inciso I, do art. 16, e seu § 8º, da Lei nº 4.771, de 1965, com redação dada pela Medida Provisória nº 1.956, de 2000.

II - DA LOCALIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL E CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS:

CLÁUSULA SEGUNDA - A área de reserva legal de _____ ha, localizada _____ (observar o § 4º do art. 16 da Lei nº 4771, de 1965, alterada pela Medida Provisória nº 1.956, de 2000).

CLÁUSULA TERCEIRA - A área de reserva legal citada na cláusula anterior possui as seguintes características ecológicas: (citar as características ecológicas da área)

III - DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - O 2º COMPROMISSÁRIO se compromete a averbar a área de reserva legal mencionada na cláusula segunda, imediatamente após a emissão do documento hábil para o ato.

CLÁUSULA QUINTA - O 1º COMPROMISSÁRIO obriga-se por si e seus sucessores, por força de lei e do presente instrumento a não alterar a destinação da área de reserva legal comprometida, mesmo no caso de transmissão por venda, cessão ou doação, ou qualquer outro título, comprometendo-se, ainda a obedecer fielmente a legislação florestal em vigor.

IV - DA INADIMPLÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA - O não cumprimento pelo 1º COMPROMISSÁRIO do presente Termo, importará no cancelamento da autorização para exploração do Plano de manejo, sem prejuízo das demais cominações legais.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA - o presente Termo tem validade a partir da data de sua assinatura.

VI - DO FORO

CLÁUSULA OITAVA - Para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Termo de Ajustamento de Conduta, fica eleito o foro da Justiça Federal do Estado do Pará, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais, juntamente com as testemunhas que a tudo presenciaram.

Belém, de de .

IBAMA

1^o COMPROMISSÁRIO

2^o COMPROMISSÁRIO

Testemunhas:

1.

2.

¹ Vide Decreto nº 2.788, de 28 de setembro de 1.998, altera dispositivos do [Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994](#) , e dá outras providências

² O [Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994](#), regulamenta os arts. 15, 19, 20 e 21, da [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#) , e dá outras providências.

³ A [Instrução Normativa IBAMA nº 4, de 28 de dezembro de 1.998](#) e a [Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 28 de dezembro de 1.998](#) foram revogadas pela [Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 31 de agosto de 2001](#)).

. Nota do Autor: A Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 31 de agosto de 2001, foi revogada pela [Portaria IBAMA nº 8, de 23 de janeiro de 2002](#).

⁴ A [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#) , institui o Novo Código Florestal.

⁵ A Medida Provisória nº 1.956, de 2.000, atualmente, está reeditada pela [Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001](#) .

⁶ Vide [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#) , disciplina a Ação Civil Pública de Responsabilidade por Danos Causados ao Meio Ambiente, ao Consumidor, a Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico (vetado), e dá outras providências.

⁷ A [Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989](#) , dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e dá outras providências.



MENU

A EMPRESA
ASSINATURA
SERVIÇOS
CLIENTES
CERTIFICAÇÕES
FALE CONOSCO

LINKS ÚTEIS

IBAMA
ICMBIO
MMA
INEA-RJ

AJUDA E SUPORTE

Chat Online
Suporte Técnico
Vendas
Planos de Assinatura
Tutorial passo a passo

CONTATOS

Av. Alfredo Baltazar da Silveira 1570 Grupo 301
Recreio dos Bandeirantes | Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22.790-710

Atendimento

Tel 01: (21) 2498-5357
Tel 02: (21) 3149-4696
Skype: rcambiental

FORMAS DE PAGAMENTO

Depósito Bancário



Boleto Bancário

